



## Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org Sem volta

A capitalização da Eletrobras está estacionada no TCU. A aprovação das etapas dessa operação é parte importante do processo de venda das ações. O que não faz parte é a intervenção, claramente política, de alguns ministros com objetivo de atrapalhar ou, mesmo, inviabilizar sua venda.

Critiquei várias vezes neste espaço a forma como essa desestatização foi conduzida. Falaram ao governo mais esclarecimento, empenho e diálogo. Era previsível que dúvidas sobre a definição de preço mínimo e sobre a própria operação fossem levantadas.

Mas, certamente, um órgão da qualidade técnica como o TCU, cioso da responsabilidade da defesa do patrimônio público, teve acesso a todas as informações necessárias e tempo para estudar o processo. Já se passaram dez meses desde a promulgação da Lei 14.182, que autoriza a privatização. Pedidos de vista – e ainda por cima, antecipados – não têm justificativa.

A desestatização se dará pela oferta pública das ações da holding, com diluição da União. Assim, o preço mínimo não pode estar descolado do histórico das cotações, que, obviamente, já inclui a valoração de suas sub-

sidiárias operacionais. Não faz qualquer sentido avaliar cada uma em separado.

Estranhamente, o TCU não questionou os jabutis que vie-

**Não cabe ao TCU rediscutir, ainda que de forma indireta, se a Eletrobras deve ou não ser vendida**

ram com a aprovação da MP 1031/21 e que, segundo a Empresa de Pesquisas Energéticas, vão custar R\$ 52 bilhões? Ônus para a sociedade está no preço que o governo nos im-

pôs para aprovar a MP. Preço de um lobby poderoso, que nada tem a ver com segurança energética. Uma reserva de mercado que desmoraliza o planejamento setorial. Sobre isso, nem TCU nem Aneel falam. A agência virou mera repassadora de ineficiências do setor para as tarifas. Só este ano, mais de R\$ 30 bilhões serão pagos pelo consumidor.

A decisão de abrir mão do controle da Eletrobras vem de longe. Começou no governo Temer e seguiu com Bolsonaro. Foram mais de quatro anos, dois projetos de lei e uma medida provisória. O Executivo propôs, e o Legislativo aprovou. Não ca-

be ao TCU rediscutir, ainda que de forma indireta, se a empresa deve ou não ser vendida.

Mesmo longe de ser uma privatização bem-feita, a venda da Eletrobras é um processo sem volta. Suspender significa nos jogar no pior dos mundos: sobram os jabutis, e seus bilhões, e a volta da interferência política. E a gente sabe quanto isso custa: após a MP 579, em 2012, as ações chegaram a valer pouco mais de R\$ 7. A Eletrobras quase quebrou, parou de investir e perdeu participação no mercado de geração. ●

ECONOMISTA E ADVOGADA. CONTRIBUIU COM O PLANO ECONÔMICO DE SIMONE TEBET

SEB, Luiz Carlos Trabuco Cappi (quintzenalmente) • TER, Pedro Fernando Nery e Demel Getzshlo (quintzenalmente) • QUA, Fábio Alves • QUL, Adriana Fernandes • SEX, Elena Landau e Laura Karpuska (frevoam quinzenalmente) • PEDRO DORIS • SAB, Adriana Fernandes • DOM, José Roberto Mendonça de Barros (quintzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quintzenalmente). Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

### Trabalho Balanço do Caged

## Empregos crescem em março, mas salários caem

THAÍS BARCELLOS  
BRASÍLIA

O mercado de trabalho formal registrou saldo positivo de 136.189 carteiras assinadas em março, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Em contrapartida, o salário médio com carteira assinada caiu de R\$ 1.910,79, em fevereiro, para R\$ 1.872,07 em março.

Embora as contratações tenham apresentado saldo positivo, a abertura de vagas foi menor do que em fevereiro, quando houve 329.404 admissões com carteira assinada.

O resultado do mês passado decorreu de 1,953 milhão de admissões e 1,817 milhão de demissões. No acumulado dos três primeiros meses de 2022, o saldo do Caged está positivo em 615.173 vagas.

Apesar do resultado, o Ministério do Trabalho e Previdência informou que os pedidos de seguro-desemprego aumentaram. Foram 674.603 em março, ante 550.265 em fevereiro. Também foi o maior volume para o mês desde março de 2017 (702.842).

O secretário executivo do Ministério do Trabalho, Bruno Dalcolmo, lembrou que o Benefício Emergencial de Manutenção e Renda (BEm), que permitiu às empresas cortarem salários e jornada ou suspenderem os contratos durante a pandemia, seguiu as demissões nos últimos dois anos. Segundo ele, é possível que os pedidos de seguro-desemprego aumentem mais nos próximos meses, à medida que

acabe a proteção provisória conferida pelo programa – que vigorou até agosto de 2021.

Além disso, o secretário de

Trabalho da pasta, Luis Felipe Oliveira, afirmou que o aumento dos pedidos tem relação com a normalização da ativida-

de econômica ou com o aquecimento da economia. Segundo Oliveira, com o maior número de movimentações no mercado de trabalho, há crescimento de pedidos de seguro-desemprego, especialmente quando as relações de empre-

go não são tão estáveis.

A abertura de vagas em março foi novamente puxada pelo desempenho do setor de serviços, com a criação de 111.513 postos formais, seguido pela construção civil, que abriu 25.059 vagas. ●

# Empodere seu home office

#EMPODERESEUMUNDO

VAIO® FE14 e FE15

- 10ª Geração de Processadores Intel® Core™
- Windows 11 Pro
- Armazenamento SSD de 256GB ou HD de 1TB
- Memória de até 8GB

Entre em contato com nossos consultores e conheça nossas ofertas para **LOCAÇÃO A PRONTA ENTREGA.**

(41) 99149 5371  
0800 721 1577  
corporativo@br.vaio.com

Família de processadores Intel® Core™

VAIO e VAIO são marcas registradas da Sony Corporation. Os computadores VAIO, fabricados no Brasil pela Positivo Tecnologia S.A., seguindo todos os padrões de qualidade da VAIO Japão, possuem garantia balcão de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratual e 30 dias de garantia legal. Para acessar a internet, é necessário ter uma conexão com a internet. Microsoft e Windows são marcas registradas da Microsoft Corporation nos EUA e em outros países. Intel, o logotipo Intel e Intel Core são marcas comerciais da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Produto beneficiado pela legislação de informática. Imagens meramente ilustrativas. Abril/2022.